

Projetos de impacto para a economia

por Marta Salomon
de Brasília

Além da definição da política salarial — carro-chefe dos debates no Congresso Nacional neste segundo semestre —, estão para ser votados pelos parlamentares projetos de lei com importante impacto previsto na política econômica do governo. Atrelados pelas eleições de outubro, os parlamentares terão de analisar e votar quatro tipos de instrumentos orçamentários: a revisão do orçamento deste ano, a lei orçamentária para o ano que vem, a reforma tributária e o plano plurianual, com o planejamento das contas do governo para os próximos cinco anos.

O debate orçamentário marcará oficialmente o retorno dos deputados e senadores a Brasília. A sessão do Congresso de hoje prevê a leitura do projeto de lei da revisão orçamentária, através do qual o governo pretende obter um superávit de 1,65% do Produto Interno Bruto (PIB) nas contas de 1990. As discussões, porém, deverão ficar concentradas por enquanto na Comissão Mista de Orçamento.

DECISÃO DO SENADO

Também com importantes reflexos na política econômica do governo, encontram-se tramitando no Congresso Nacional o novo estatuto do servidor público — criticado pelo se-

cretário de Administração João Santana — e a nova Lei de Benefícios e Custeio da Previdência Social, ambos pendentes da decisão do Senado Federal.

A Lei dos Benefícios e Custeio é alvo de uma briga entre aliados do governo e a oposição. A votação em regime de urgência do projeto foi evitada às vésperas do recesso parlamentar

por um telefonema do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, ao senador governista Leite Chaves (PMDB-PR).

“O ministro ligou apavorado dizendo que o governo teria de vetar o projeto, caso fosse aprovado”, contou senador.

A avaliação da liderança do governo foi que o projeto levaria a Previdência ao

desastre ao reajustar os benefícios, lembrou.

A ameaça de veto presidencial também paira sobre o projeto do novo Estatuto do Servidor, que contraria a contenção de gastos prevista pela reforma administrativa do governo.

Outro tipo de resistência enfrenta o Código de Defesa do Consumidor, aprovado pela Câmara em junho.

As novas regras para as relações de consumo ganham, durante o recesso, o número necessário de assinaturas de senadores para serem votadas em regime de urgência no Senado. É forte, porém, a pressão de setores empresariais, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Nem sempre o status de “urgente” garante aos pro-

jetos de lei uma votação rápida. Nesta situação encontram-se na Câmara dos Deputados o projeto de lei que define punições para o chamado crime de usura — definido pela cobrança de juros acima dos 12% ao ano — e ainda o polêmico projeto que restringe o uso de medidas provisórias pelo presidente da República, já aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Se o projeto já tivesse sido aprovado pelos deputados e senadores, o presidente Fernando Collor de Mello estaria impedido de reeditar mais de uma vez uma mesma medida provisória. Na pauta do Congresso, tramitam quatro medidas reeditadas. A recordista delas, a Medida nº 198, que é pela quinta vez submetida aos parlamentares, proíbe a concessão de liminares na Justiça em ações contra o plano econômico.

ESFORÇO PARA QUÓRUM

As matérias que deverão exigir maior esforço de presença dos parlamentares são os vetos do presidente Fernando Collor a projetos já aprovados: mais de 50 deles estão obstruindo a votação de qualquer outro projeto de lei no Congresso. Os vetos exigem a presença de maioria absoluta de 248 deputados e mais 38 senadores no plenário.